

Na defesa de lei antitrans, republicanos sustentam na Bíblia petição à Suprema Corte

Um grupo de 82 parlamentares republicanos, de 23 estados, protocolou uma *petição de amicus curiae* na Suprema Corte dos Estados Unidos, em defesa de uma *lei do Tennessee* que proíbe tratamentos de disforia de gênero — ou de afirmação de gênero — para menores de 18 anos.

Os peticionários se fundamentam na “lei divina” e em 11 passagens da “Bíblia Sagrada”, sem especificar de qual versão, para sustentar seus argumentos: “Gálatas 5, Gênesis 1, Gênesis 3, Gênesis 4, João 14, Mateus 22, Filipenses 2, Filipenses 3, Provérbios 22 e Romanos 13.

Também assinou a petição de *amicus curiae* o grupo cristão American Family Association, que se dedica a combater o aborto e direitos da comunidade LGBTQ+. O grupo argumenta que várias passagens da Bíblia descrevem a necessidade de reconhecer a autoridade e o poder supremo de Deus.

O grupo argumenta ainda que os fundadores da nação [os constituintes] exortaram os americanos a viver de acordo com os ensinamentos bíblicos. E que, “com a ajuda do Espírito Santo, podemos crescer em fé e maturidade e ganhar o autocontrole para viver com maior obediência à lei divina e à autoridade governamental legítima”.

Para eles, a defesa do tratamento de afirmação de gênero é um tipo de “política de identidade” – uma visão de política pública que está “fundamentalmente em desacordo com o significado original da Constituição e com a tradição bíblica e clássica que influenciaram os Fundadores”.

Tais argumentos religiosos estão na linha do que expressa o movimento jurídico-conservador de que não há garantia inerente da separação igreja-estado nos EUA. E um desejo de grupos cristãos de transformar os EUA em um estado teocrático.

Os peticionários admitem a falta de respaldo científico para suas alegações, mas argumentam que as autoridades médicas (que defendem o tratamento da disforia de gênero, não seguem diretrizes éticas. Defendem, em vez disso, o “autocontrole” em relação a “paixões” e “impulsos”, de forma que os jovens trans devem ser impedidos de “transicionar” ou forçados a “destransicionar”.

Os peticionários alegam, finalmente, que “a visão dos oponentes da lei não é consistente com a história e tradições do país” — tal como argumentou o ministro Samuel Alito na *decisão de 2022 da Suprema Corte (Dobbs v. Jackson Women’s Health Organization)*, que revogou *Roe v. Wade*, o precedente de 1973 que legalizou o aborto em todo o país.

Dollar Photo Club





Nessa decisão, Alito, que foi o relator do voto vencedor, declarou que outros direitos da comunidade LGBTQ+ não estavam em risco: “Nada nesta decisão deve ser entendido como um risco a outros precedentes que não se referem a aborto”, ele escreveu.

No entanto, o Tribunal Superior de Alabama, ao decidir em fevereiro de 2024 que embriões devem ser considerados pessoas, citou “Dobbs” múltiplas vezes. E o procurador-geral de Tennessee, Jonathan Skrmetti, citou “Dobbs” mais de dez vezes, para defender a posição do estado de que “a lei é uma mera regulamentação do tratamento de saúde e não discrimina com base em sexo”.

Afirmação de gênero

E isso é exatamente o que se discute no caso *United States v. Skrmetti* perante à Suprema Corte. A questão principal é se a lei que proíbe tratamentos de afirmação de gênero é inconstitucional por se basear em sexo. E se, por isso, viola a cláusula da proteção da igualdade perante a lei, prevista na 14ª Emenda da Constituição dos EUA e o direito ao devido processo, previsto na 5ª Emenda.

Tratamentos, no caso, incluem a administração, pelos médicos, de bloqueadores de puberdade, terapia hormonal com estrogênio e testosterona e cirurgias de transição de sexo para menores de 18 anos, “com o propósito de alterar a aparência ou validar suas identidades de gênero, quando inconsistentes com seus sexos biológicos”, [segundo o site Oyez](#), que resume o caso.

A lei do Tennessee abre exceções. Permite a hormonioterapia para pacientes cisgêneros (por exemplo, para aqueles cuja puberdade se iniciou cedo demais) e para pacientes transgêneros que já faziam o tratamento antes de 31 de março de 2024. Além disso, pode ser administrado estrogênio a menores do sexo feminino, mas não a do sexo masculino.

De acordo com o Legal Information Institute, a *Equal Protection Clause* se refere à ideia de que os governos não podem negar a determinadas pessoas os direitos que concede a outras em condições e circunstâncias similares. O governo federal e os estaduais devem governar com imparcialidade.

A ação contra a lei do Tennessee foi movida por três menores transgêneros e suas famílias, bem como por instituições médicas. Elas pediram a emissão de liminar para impedir a entrada em vigor da lei, o que foi concedido em primeira instância, mas negado em segunda. O Tribunal Federal de Recursos da 6ª Região permitiu a entrada da lei em vigor até que o mérito seja julgado em todas as instâncias.

O Departamento de Justiça (DOJ) fez, em nome dos Estados Unidos, o [pedido à Suprema Corte](#) para rever a decisão do tribunal de recursos e julgar o caso.

A decisão, pela Suprema Corte, do caso *United States v. Skrmetti* irá afetar leis semelhantes de 25 estados republicanos dos EUA. Se for favorável aos republicanos, poderá abrir caminho para uma tentativa de revogação de outros precedentes.



O ministro Clarence Thomas citou precedentes que se fundamentaram no “devido processo substantivo” e que deveriam ser reexaminados pela corte, em um voto concorrente na decisão de Dobbs tais como: *Griswold v. Connecticut* sobre controle de natalidade, *Lawrence v. Texas* sobre intimidades do mesmo sexo e *Obergefell v. Hodges* sobre casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Curiosamente, Thomas não incluiu em sua lista de extinção o caso *Loving v. Virginia*, que protegeu casamentos interracialis. E há uma especulação óbvia sobre isso: Clarence Thomas, que é negro, é casado com uma mulher Branca.

**com informações adicionais do Huff Post, Yahoo News, MSN, LGBTQ Nation, The New Republic e do site Oyez.*

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2024-out-12/na-defesa-de-lei-antitrans-republicanos-sustentam-na-biblia-peticao-a-suprema-corte/>